

Ataque ao rotavírus na América Latina

20 AGO 2004

Cavalcante

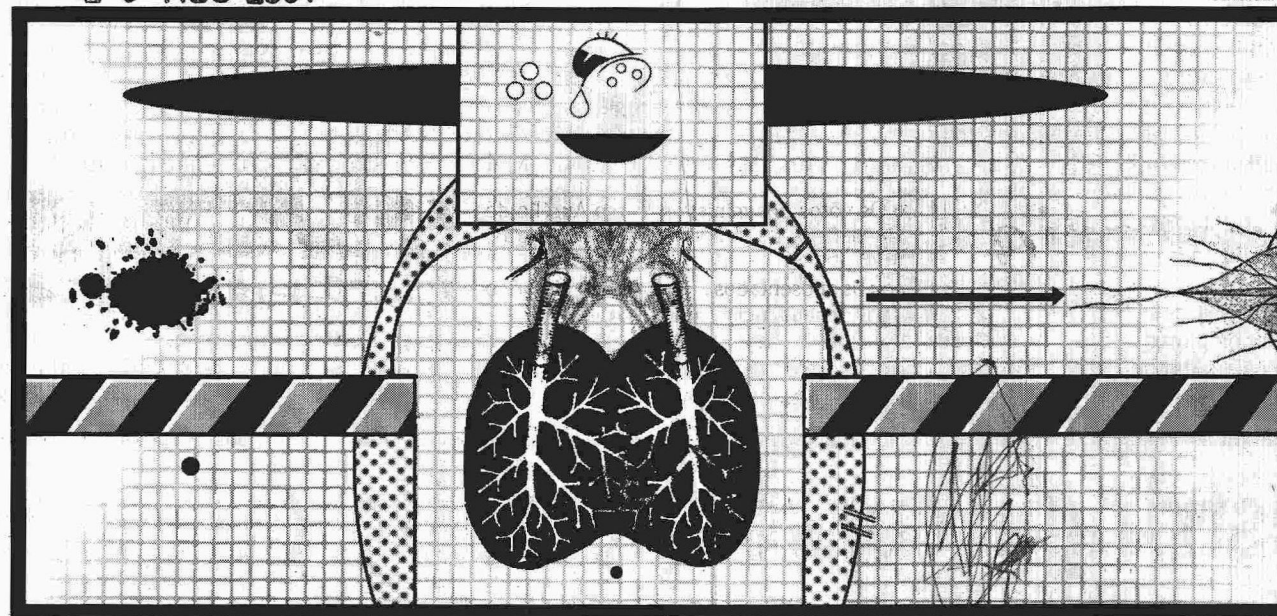
CIRO A. DE QUADROS
e JON KIM ANDRUS

Ao longo do século passado, o continente americano, por várias vezes, encabeçou a luta mundial contra doenças mortais. Foi a primeira região do planeta a se ver livre da varíola e da pólio — duas causas de morte de âmbito global. Mais uma vez, este continente tem a oportunidade de liderar um esforço vital na área de saúde pública: aumentar a sobrevivência infantil por meio de um ataque ao rotavírus, a causa mais comum de diarreia severa em crianças nos primeiros anos de vida. A cada ano, esse vírus mata mais de 500 mil crianças no mundo.

Quando severa, a infecção por rotavírus pode matar ao induzir diarreia aguda e vômitos, que poderão rapidamente desidratar uma criança. Em uma situação emergencial como essa, deve-se aplicar soro intravenoso para que o paciente sobreviva. Embora quase toda criança no mundo acabe infectada pelo rotavírus nos primeiros anos de vida, são aquelas que estão em países pobres em que falta tratamento médico adequado que responderão por cerca de 85% das mortes decorrentes desse quadro. Para esse grupo, uma vacina preventiva certamente seria a melhor proteção contra essa doença, que se faz presente em cada canto do planeta.

Por enquanto, essa vacina não está disponível para as crianças do mundo. Essa situação, no entanto, deve mudar em breve. E os países da América Latina estão no centro dessa transformação.

Em julho deste ano, um simpósio apresentou os esforços recentes realizados na América Latina, na África e na Ásia para avaliar as con-



seqüências das infecções por rotavírus e produziu novas estimativas em relação à mortalidade global, chegando à conclusão de que esse vírus responde por 39% de todas as mortes causadas por diarreia, percentual superior ao da estimativa anterior, de 22%. Cerca de 350 pessoas — entre elas, especialistas em saúde pública, pesquisadores, clínicos, bem como representantes governamentais, da indústria produtora de vacinas e de organizações não governamentais — reuniram-se na Cidade do México para avaliar o estado atual do conhecimento sobre o rotavírus e as ações para combater esse agente patológico.

O simpósio também destacou a existência de duas vacinas, uma desenvolvida pela Merck e outra pela GlaxoSmithKline — dados preliminares apresentados no encontro indicaram que ambas são seguras e eficazes. Cada uma delas já foi testada em mais de 60 mil crianças. Os testes da GlaxoSmithKline foram fei-

tos na América Latina, em cooperação com os ministérios da Saúde e com pesquisadores de universidades e hospitais que se destacam na liderança das pesquisas científicas na região. Vale ressaltar que, poucos dias depois do final do simpósio, autoridades mexicanas da área de saúde anunciaram planos para incluir essa vacina em seu programa de imunização do ano que vem.

O que surpreende, no entanto, não é apenas o trunfo científico de se desenvolver uma vacina segura e eficaz contra uma das principais causas da mortalidade infantil no mundo, mas também o profundo compromisso demonstrado pela comunidade de saúde pública e pelas agências nacionais e internacionais de saúde para assegurar que essas e quaisquer outras futuras vacinas contra o rotavírus estejam disponíveis para todas as crianças que vierem a precisar delas.

Até agora, a disponibilidade de vacinas ocorre primeiramente nos

países desenvolvidos, que são capazes de pagar um preço alto por novos produtos que tipicamente custam até US\$ 800 milhões para serem desenvolvidos.

Novas vacinas como aquelas contra hepatite B e *Haemophilus influenza* do tipo B levaram entre dez e 15 anos para “escoar” até os países em desenvolvimento. Nesse aspecto, as novas vacinas contra o rotavírus representam uma reviravolta nessa lógica empresarial. A disponibilidade de vacinas é uma questão de justiça social, e associações entre os setores público e privado são essenciais para assegurar amplo acesso a vacinas que salvam vidas.

Autoridades governamentais da área de saúde de 16 países latino-americanos enfatizaram esse ponto de vista ao lançarem uma declaração reafirmando o apoio à imunização, que deve receber a mais alta prioridade entre as ações políticas e ser considerada um bem público para o continente. Esses representantes

conclamaram a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) bem como seu Fundo Rotativo para a Compra de Vacinas a trabalharem em associação com as agências e as organizações nacionais e mundiais ligadas à saúde e com os fabricantes de vacinas para “facilitar a chegada de vacinas contra o rotavírus a preços acessíveis a todos os países da região assim que elas se tornarem disponíveis”. A Opas está comprometida a tornar isso realidade, assegurando que vacinas estejam disponíveis para todas as crianças, particularmente para aquelas que mais necessitam delas. Isso representa outra oportunidade para reduzir as desigualdades nos serviços de saúde.

Na América Latina, o rotavírus responde, anualmente, por cerca de 75 mil hospitalizações e pela morte de mais de 15 mil crianças. O ônus dessa doença varia de país para país. No México, por exemplo, 2 mil crianças morrem de diarreia por ano, e estima-se que uma vacina poderia diminuir em 40% esse número. Cada caso de diarreia custa às famílias cerca de US\$ 100 (aproximadamente R\$ 300), o que representa, no caso do Brasil, mais que um salário-mínimo. Na Guatemala, em um único surto no início deste ano, mais de 6.500 crianças foram hospitalizadas em consequência do rotavírus e, pelo menos, 50 delas morreram.

Para todas essas crianças, novas vacinas oferecem a esperança de que a doença causada pelo rotavírus não seja mais um ritual de passagem e um teste de sobrevivência.

CIRO A. DE QUADROS é diretor de Programas Internacionais no Instituto da Vacina Sabin (Estados Unidos). JON KIM ANDRUS é chefe da Unidade de Imunização da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).